

ANEXO I DO EDITAL N.º 11.001/2025 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**CARGO: ADVOGADO****QUESTÃO 01**

Após a leitura dos artigos 4º e 12º da Lei nº 12.651/2012, Novo Código Florestal, responda o que for proposto.

“Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012). (Vide ADIN Nº 4.903)

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25º, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação; XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

[...]

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).”

Tendo por referência o Novo Código Florestal, bem como a Constituição Federal de 1988, também chamada de “Constituição Verde”, responda utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas: o que é uma Área de Preservação Permanente (APP)? O que é uma Reserva Legal (RL) e por que é fundamental para o profissional do direito saber os princípios e os conceitos na área de direito de ambiental bem como as larguras e os percentuais estabelecidos pela legislação pertinente?

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Para as conceituações do que são a Área de Preservação Permanente e a Área de Reserva Legal, é suficiente as trazidas pelo Código Florestal:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Quanto ao ponto “c”, é preciso trazer a Constituição, já que consta no enunciado da questão. Para tanto, o candidato pode citar os seguintes artigos:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar à todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- Justifica a menção ao artigo 225 posto que trata de direitos fundamentais, senão vejamos o artigo 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

Quanto à segunda parte do ponto “c”, é importante o profissional saber as larguras e os percentuais trazidos pela legislação, como os colacionados no corpo da questão, para que ele possa agir com propriedade, fazendo valer os princípios constitucionais. Além disso, se o profissional não sabe até que ponto pode atuar ele pode ferir princípios constitucionais básicos relacionados à administração pública, estampados no artigo 37 da CF, mormente o da legalidade.

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - BIÓLOGO

QUESTÃO 01

Leia os textos motivacionais a seguir.

Texto I.

O Brasil é signatário do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Agenda 2030, ONU Brasil) e sua comunidade científica tem contribuído fortemente com avanços científicos capazes de pautar as esferas das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, e também de orientar os tomadores de decisão quanto ao desenvolvimento sustentável do país. O Brasil precisa enfrentar os desafios impostos pela alteração climática e ambiental, que passam pelo estabelecimento de métricas e referências, de forma a contribuir na formulação de estratégias regionais e nacionais de detecção/atribuição, mitigação e adaptação aos seus efeitos. O atendimento dos ODS e das metas do Acordo de Paris é um passo importante no caminho da sustentabilidade, mas não suficiente. Temos um longo caminho para a construção de uma nova sociedade que seja minimamente sustentável.

ARTAXO, Paulo. *As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas.* *Estud. av. 34 (100) • Sep-Dec. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>. Acesso em: 19 abr. 2025.*

Texto II.

A emergência climática ameaça o bem-estar humano e a saúde planetária, mas há ainda uma janela de oportunidade – que se fechará rapidamente – para garantir um futuro habitável e sustentável para todos. Nesse contexto é fundamental buscar ações de resiliência ao clima, que integrem ações de adaptação e de mitigação aos riscos climáticos para promover o desenvolvimento sustentável para todos. No Brasil, os efeitos da emergência climática já são sentidos em diversas regiões, como o aumento da temperatura média, a ocorrência de secas prolongadas, chuvas cada vez mais intensas causando enchentes e deslizamentos de terra. Para enfrentar esses riscos, é fundamental a implantação de soluções baseadas na natureza e a adaptação baseada em ecossistemas.

XIMENES, Deize Sbarai Sanches; MAGLIO, Ivan Carlos. *Estratégias para enfrentar os riscos decorrentes da emergência climática no Brasil.* *Jornal da USP, 23/05/2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=641921>. Acesso em: 18 abr. 2025.*

Diante do exposto, com base em seus conhecimentos, nos textos motivacionais e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, fale sobre a legislação ambiental brasileira e o problema da emergência climática

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

É importante abordar tanto o papel das leis ambientais:

Quanto os desafios na sua aplicação frente à crise climática: o candidato deve realizar uma apresentação do tema contextualizando a emergência climática global e a sua relação com a realidade brasileira. Deve citar a existência de leis ambientais no Brasil, mas destacar a contradição entre a legislação e a prática, pois na prática a lei não é aplicada, como exemplo: “Apesar de o Brasil possuir uma legislação ambiental robusta, sua aplicação deficiente compromete o combate à emergência climática”.

O candidato deve citar algo da legislação em vigência no país para fundamentar suas ideias:

- A Constituição Federal (art. 225);
- Lei nº 12.187/2009 que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Lei nº 9.605/1998, que define os crimes contra o meio ambiente e as sanções aplicáveis;
- Lei nº 12.651/2012, que institui o Código Florestal Brasileiro;
- Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);
- Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei nº 5.197/1967, que protege a fauna;
- Decreto nº 6.514/2008, que define as infrações administrativas ambientais.

Relacionando a criação da lei com a proteção do meio ambiente, mitigando os efeitos das mudanças climáticas.

O candidato também deve apontar as dificuldades de fiscalização, a impunidade em crimes ambientais e o desmonte de órgãos como o IBAMA e ICMBio, citando casos de desmatamento ilegal ou queimadas que ilustram essa falha na aplicação das leis e incluindo também a influência de interesses econômicos e políticos na fragilização da legislação.

O candidato também deve citar problemas como a utilização desregrada de recursos pelas populações, como a sociedade se habituou a consumir muitos recursos e como a produção destes influencia na dinâmica climática local e mundial.

Uma sociedade habituada ao consumo de bens que são produzidos com matéria prima não renovável com alta carga poluidora e que muitas vezes não são reciclados.

Os grandes monopólios industriais, as monoculturas agrícolas são tópicos interessantes para discussão. Espera-se que o candidato construa uma conexão entre estes os temas, economia, política ambiental e grandes empresas.

O candidato deve reforçar que a legislação existe, mas precisa ser respeitada, fortalecida e aplicada de forma rigorosa. E possíveis soluções são: investimento em fiscalização, fortalecimento das instituições ambientais, educação ambiental e maior envolvimento da sociedade civil.

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO AGRÔNOMO**QUESTÃO 01**

A portaria nº 385, de 25 de agosto de 2021 dispõe sobre os tratamentos fitossanitários com fins quarentenários realizados no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal, e outros artigos regulamentados e dá outras providências. Pensando nisso, responda utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre o que é, qual a importância, e os benefícios da quarentena vegetal para o País.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A quarentena vegetal significa o isolamento por 40 dias, como período de incubação para o aparecimento e detecção de sinais e/ou sintomas de doenças e/ou pragas.

É utilizada na agricultura para prevenir a introdução e disseminação de pragas e doenças em plantações. Consiste em isolar determinadas áreas, plantas ou produtos vegetais que possam estar contaminados, evitando assim que as pragas se espalhem para outras regiões.

A quarentena vegetal é fundamental para a proteção das plantações e da biodiversidade, uma vez que, pragas e doenças podem causar danos significativos às culturas agrícolas, resultando em perdas econômicas e ambientais. Além disso, a introdução de espécies invasoras pode desequilibrar ecossistemas naturais e ameaçar a segurança alimentar.

A prática da quarentena vegetal traz diversos benefícios, tais como a redução do uso de agrotóxicos, a preservação da biodiversidade, a garantia da qualidade dos produtos agrícolas e a prevenção de perdas econômicas. Além disso, contribui para a sustentabilidade da agricultura e para a segurança alimentar da população.

Esta prática é uma importante estratégia de controle de pragas e doenças vegetais, que visa proteger as plantações, o meio ambiente e a saúde pública. Sua implementação adequada requer a colaboração de todos os envolvidos na cadeia produtiva, desde os produtores até os órgãos de fiscalização e controle.

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO AMBIENTAL**QUESTÃO 01**

Analisando criticamente como a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) estabelece os fundamentos e instrumentos de gestão ambiental no Brasil e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, relacione-a com os dispositivos da Lei nº 9.605/1998, que trata das sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sua resposta deve abordar os princípios e objetivos da PNMA, os principais instrumentos de gestão ambiental, os tipos de sanções previstas na Lei nº 9.605/98 e como essas duas legislações se complementam na proteção ambiental.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O candidato deve demonstrar conhecimento técnico sobre:

- 1. Princípios e objetivos da PNMA (Lei nº 6.938/81): como a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, uso racional dos recursos naturais, prevenção e reparação de danos ambientais, participação social e o desenvolvimento sustentável.*
- 2. Instrumentos de gestão ambiental: especialmente o licenciamento ambiental, avaliação de impacto ambiental (EIA/RIMA), zoneamento ambiental, sistema de informações ambientais, criação do SISNAMA, entre outros.*

3. *Sanções da Lei nº 9.605/98: sanções penais e administrativas, aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas; possibilidade de punição cumulativa; abrangência dos crimes ambientais (flora, fauna, poluição, ordenamento urbano, patrimônio cultural etc.).*
4. *Integração entre as leis: a PNMA estabelece o sistema de proteção ambiental e seus instrumentos preventivos; a Lei nº 9.605/98 atua de forma corretiva, responsabilizando infratores. Juntas, garantem a prevenção, controle e responsabilização por danos ambientais.*

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO SANITARISTA**QUESTÃO 01**

A norma ABNT NBR 10004:2024, trata da classificação de resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública. Essa norma é essencial para orientar o manejo e a destinação adequada dos resíduos. Além disso, há normas complementares, como:

- ABNT NBR 10005: Procedimento para lixiviação de resíduos.
- ABNT NBR 10006: Procedimento para solubilização de resíduos.
- ABNT NBR 10007: Procedimento para amostragem de resíduos.

Essas normas ajudam a garantir que os resíduos sejam tratados de forma segura e ambientalmente responsável. A ABNT NBR 10007:2004 é uma norma brasileira que estabelece os procedimentos para a amostragem de resíduos sólidos, garantindo que os processos sejam realizados de forma padronizada e segura. Ela tem como objetivo fornecer diretrizes para a coleta de amostras representativas de resíduos sólidos, permitindo a caracterização e classificação adequada desses materiais. Isso é essencial para o gerenciamento ambiental e para atender às regulamentações legais. Tendo como referência as normas ABNT NBR 10004:2024 e ABNT NBR 10007:2004 e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, fale sobre os requisitos gerais para realização de amostragem de resíduos sólido abordando as etapas de preparação das amostras, execução da coleta, procedimentos de segurança, conservação e transporte da amostra.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A norma ABNT NBR 10007:2004 apresenta requisitos gerais para a amostragem de resíduos sólidos. O candidato deverá explicar de forma geral os seguintes pontos:

1. **Preparação:**
 - O objetivo da amostragem deve ser claramente definido.
 - Realizar a pré-caracterização do resíduo, considerando sua origem, propriedades e estado físico.
 - Elaborar um plano de amostragem que inclua os métodos, equipamentos e locais de coleta.
2. **Execução:**
 - Utilizar técnicas apropriadas para garantir a representatividade da amostra.
 - Documentar o processo de coleta de maneira detalhada, incluindo datas, locais e condições.
3. **Segurança:**
 - Adotar medidas para proteger os operadores, como o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
 - Minimizar riscos químicos, físicos e biológicos durante a coleta.
4. **Conservação e Transporte:**
 - Armazenar as amostras em recipientes adequados para evitar contaminações.
 - Garantir o transporte seguro até o laboratório ou local de análise.

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL – MÉDICO VETERINÁRIO**QUESTÃO 01**

A Raiva é uma zoonose de grande importância na saúde pública. Pensando nisso, tendo como base seus conhecimentos e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, fale sobre a doença, incluindo suas principais características e definições, agente etiológico, principais hospedeiros, transmissão e prevenção em animais.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A raiva é uma doença que afeta humanos e animais (cães, gatos, morcegos, gambás, raposas, primatas, equinos) sendo esses os principais hospedeiros e reservatórios da doença. É considerada uma doença viral aguda e de alta letalidade, tendo como agente etiológico o vírus do gênero *Lyssavirus*, é uma doença de caráter neurotrópico, afetando especificamente o sistema nervoso. A transmissão ocorre através do contato da saliva do animal contaminado com a pele ou mucosa de animais sadios por meio de lambeduras, arranhaduras ou mordeduras. A forma mais eficaz de prevenção nos animais é a vacinação, recomendada em cães e gatos acima de 4 meses de idade, sendo necessária apenas uma dose para prevenção, com reforço anual.

CARGO: CONTADOR**QUESTÃO 01**

Uma empresa adquiriu um novo equipamento industrial para sua linha de produção. O valor pago pelo equipamento foi de R\$ 620.000,00. Além disso, a empresa incorreu nos seguintes custos adicionais:

- Impostos de importação e taxas não recuperáveis: R\$ 45.000,00
- Frete e seguro até a fábrica: R\$ 12.000,00
- Custos de instalação e testes iniciais: R\$ 18.000,00
- Treinamento de funcionários para operar o equipamento: R\$ 7.500,00
- Custos com a transferência de parte da produção para uma nova unidade da empresa: R\$ 22.000,00
- Gastos com propaganda para anunciar a introdução do novo equipamento: R\$ 10.000,00

Tendo como base o caso apresentado e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, fale sobre qual será o valor inicialmente reconhecido como custo do equipamento no ativo imobilizado da empresa, embasando sua resposta conforme a inteligência das normas contábeis.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A contabilidade societária, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 27, define ativo imobilizado como o item tangível destinado à produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, aluguel a terceiros ou uso na administração, desde que se espere sua utilização por mais de um período. Esses ativos representam direitos sobre bens corpóreos utilizados na manutenção das atividades operacionais da entidade, incluindo aqueles em que há transferência dos riscos, benefícios e controle, ainda que formalmente não haja propriedade jurídica.

Diante disso, ao adquirir um novo equipamento industrial por R\$ 620.000,00, a empresa deverá reconhecer esse valor como base do ativo. Contudo, outros custos que tornam o ativo apto para uso também devem ser incorporados. São eles: impostos de importação e taxas não recuperáveis (R\$ 45.000,00), frete e seguro até a fábrica (R\$ 12.000,00) e os custos de instalação e testes iniciais (R\$ 18.000,00). Esses itens somam um total de R\$ 695.000,00, representando o valor inicial a ser registrado no ativo imobilizado.

Segundo o CPC 27, o custo de um item do imobilizado compreende o preço de aquisição mais todos os gastos diretamente atribuíveis à colocação do ativo em funcionamento. Por essa razão, custos como treinamento de pessoal, transferência de produção e gastos com propaganda não devem ser incluídos, pois não estão diretamente relacionados à condição de funcionamento do bem. Esses valores devem ser reconhecidos como despesas do período, conforme determina a inteligência do referido pronunciamento.

Portanto, o valor a ser contabilizado no ativo imobilizado é aquele que compreende apenas os desembolsos necessários à aquisição e preparação do ativo para seu funcionamento, excluindo-se gastos administrativos, promocionais ou operacionais indiretos. Essa prática assegura a adequada mensuração contábil, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade.

FONTES DE PADRÃO DE RESPOSTA: CPC 27

- 1) Conceito de ativo imobilizado.
Ativo imobilizado é o item tangível que:
 - a. é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
 - b. se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

- 2) Cálculo do valor inicial reconhecido como custo do equipamento no ativo imobilizado da empresa.

Com base nos dados apresentados, os custos que compõem o valor a ser capitalizado no ativo imobilizado são:

- Valor de aquisição do equipamento: R\$ 620.000,00
- Impostos de importação e taxas não recuperáveis: R\$ 45.000,00
- Frete e seguro até a fábrica: R\$ 12.000,00
- Instalação e testes iniciais: R\$ 18.000,00

Total a ser reconhecido como custo do imobilizado: R\$ 695.000,00

- 3) Justificativa do cálculo

Conforme o Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende: (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são: (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado; (b) custos de preparação do local; (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação); (d) custos de instalação e montagem; (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e (f) honorários profissionais.

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são: (a) custos de abertura de nova instalação; (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais); (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL**QUESTÃO 01**

O Consórcio Intermunicipal Caiuá – Ambiental (CICA), tem se consolidado como um importante instrumento que contribui com as gestões municipais, visando sempre o fortalecimento e desenvolvimento de toda a região Noroeste do Estado do Paraná, e em consonância com seu Estatuto, que também atua no apoio a Infraestrutura dos Municípios.

Dessa maneira, discorra utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas sobre o dimensionamento mínimas das calçadas, explanando as três faixas de uso, as inclinações transversal e longitudinal, como se dá o acesso de veículos aos lotes e, em caso de obras sobre o passeio, qual deve ser as medidas adotadas, tendo como base a Norma Técnica ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida:2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso, conforme definido a seguir.

- a) Faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m;
- b) Faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre;
- c) Faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes limítrofes sob autorização do município para edificações já construídas.
- d)

A inclinação transversal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres não pode ser superior a 3%. Eventuais ajustes de soleira devem ser executados sempre dentro dos lotes ou, em calçadas existentes com mais de 2,00 m de largura, podem ser executados nas faixas de acesso.

A inclinação longitudinal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres deve sempre acompanhar a inclinação das vias limítrofes.

O acesso de veículos aos lotes e seus espaços de circulação e estacionamento deve ser feito de forma a não interferir na faixa livre de circulação de pedestres, sem criar degraus ou desníveis. Nas faixas de serviço e de acesso é permitida a existência de rampas.

As obras eventualmente existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20 m para circulação, garantindo-se as condições de acesso e segurança de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida.